

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

HISTÓRIA POLÍTICA

Edvaldo Correa Sofana

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
Docente do Curso de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.
e-mail: sotana.ufms@gmail.com,

Carlos Martins Jr.

Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de História do
Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
e-mail: martinscjr@gmail.com

&

Miguel Rodrigues de Sousa Netto

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de
História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
e-mail: miguelrodrigues.snetto@gmail.com

organizadores

“definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, (...)”¹



opção por História Política como tema central do presente dossiê não tem qualquer relação com uma tentativa de “reduzir” os outros campos da história ao “silêncio”. É preciso ressaltar que a História Política não é uma área fechada, com fronteiras rígidas e inflexíveis. Ao contrário, pautado numa postura interdisciplinar, seu pesquisador vale-se de métodos, técnicas, conceitos, vocabulários e problemas gerados (e germinados) do contato com outras disciplinas e/ou áreas do conhecimento. Desse modo, entendemos que o cultural, o econômico e o político se “influenciam mutua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios.”² E de acordo com René Rémond: “se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios.” Conferindo centralidade à postura interdisciplinar, Rémond salientou que o político “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva.”³ Portanto, o político “não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.”⁴

É certo que a postura interdisciplinar contribuiu para o alargamento do campo da história e, particularmente, da chamada “história política renovada.”⁵ Nas últimas décadas, objetos até então pouco pesquisados no Brasil passaram a despertar maior interesse dos estudiosos brasileiros. Mídia, intelectuais, opinião pública, discursos e cultura política são apenas alguns exemplos.⁶

¹ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2000, p. 20.

² RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1996, p. 10.

³ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 35-6.

⁵ BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, n.º 23/24, set 91/ago 92, p. 16.

⁶ Não se pretende afirmar que os pesquisadores brasileiros começaram a trabalhar com os objetos citados nos últimos anos. Tomemos, por exemplo, o caso da mídia. Há muito tempo a imprensa escrita é objeto

Convém observar, igualmente, que a própria noção de política se ampliou. Como, então, definir a política? Sem a pretensão de oferecer uma resposta definitiva e inquestionável, podemos recorrer às formulações de René Remond: “Já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais abstratas. A mais constante é pela referência ao poder.”⁷ Por sua vez, Rosanvallon⁸ sublinhou com relação ao político: “Pode ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição.” Ressaltou, ainda, que devemos considerar a “atividade política” como “subordinada à pluralidade da atividade humana.”⁹

Referências ao poder¹⁰ e postura interdisciplinar são algumas das características dos onze textos reunidos no presente dossiê, além, é claro, de instigantes discussões e reflexões historiográficas sobre a própria constituição da história política como campo de estudos.

No primeiro artigo, o leitor encontrará uma discussão de cunho historiográfica. Em seu texto, Moisés Stahl abordou o chamado “retorno do político” discutindo as formulações de autores como Roger Chartier, Pierre Rosanvallon, Christian Edward Cyril Lynch e René Rémond.

Na publicação seguinte, Juliana Cristina da Rosa analisou a contribuição de Jürgen Habermas para a *Nova História Política*, enfocando, sobretudo, a relação entre Dignidade Humana e Direitos Humanos. De modo contundente, demonstrou como o teórico alemão criticou o “mau uso” dos direitos humanos como discurso legitimador para ações intervencionistas – e imperialistas – empreendidas por governantes dos Estados Unidos da América.

de estudo para os historiadores, como podemos observar a partir dos estudos de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966, CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980 ou CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. Procuramos salientamos somente que os historiadores tem se ocupado com maior frequência de tais objetos.

⁷ RÉMOND, René. Do Político. _____. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1996, p. 443-444.

⁸ Considerar a proposição do autor para uma história conceitual do político. Cf. ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. v.15, n.º 30, p. 9-22, 1995.

⁹ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 42.

¹⁰ E aqui pensamos em poder também tendo em mente as formulações de Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Já Raphael Silva Fagundes procurou analisar os discursos proferidos pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), descortinando peças de retórica que buscavam legitimar, a partir da noção de progresso, a presença da associação oitocentista no cenário político. Para tanto, enfocou pronunciamentos nas sessões de aniversário do IHGB.

No quarto texto, Pedro Henrique de Mello Rabelo e Cláudia Maria das Graças Chaves trataram da Abertura dos Portos (1808) e do comércio britânico no Brasil tendo como fonte a correspondência do côsul estadunidense Joseph Rademaker com o governo luso. Refletiram, igualmente, sobre os conceitos de metrópole, colônia, império e sistema colonial.

As biografias acerca de D. Pedro II constituem o escopo do artigo veiculado na sequência. Nele, Mauro Henrique Miranda de Alcântara discutiu o trabalho da antropóloga Lilia M. Schwarcz (*As Barbas do Imperador*, 1998), bem como os livros dos historiadores José Murilo de Carvalho (*D. Pedro II*, 2007) e Roderick J. Barman (*O Monarca-Cidadão*, 2013).

Já os primeiros momentos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foram abordados por Paulo Sérgio da Silva e Honorato C. Chagas. Dentre outros temas, trataram da implantação e execução das medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas em busca dos recursos financeiros, abastecimento de materiais, reorganização produtiva e treinamento da defesa passiva civil.

Os resultados obtidos em dois diferentes estudos ensejaram as reflexões de Douglas Souza Angeli e Marcos Jovino Asturian. No trabalho, os autores abordaram o papel exercido por jornais nas campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul. A partir de periódicos de circulação local e/ou regional, analisaram as estratégias discursivas adotadas nas campanhas eleitorais de cidades gaúchas na década de 1950.

No oitavo artigo, Samuel da Silva Alves e Cleusa Maria Gomes Graebin examinaram um discurso de Leonel de Moura Brizola, proferido num evento organizado por acadêmicos da Faculdade de Ciência Política e Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em meados de 1961, momento em que o político ocupava o cargo de governador do Estado.

Já no nono texto, os pesquisadores estabeleceram relações entre literatura, política e ditadura militar no Brasil. Marcio Luiz Carreri e Francislaine A. Carvalho discutiram a peça *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, escrita em 1933 e encenada, três décadas depois, no Teatro Oficina.

Rock e política compõem o mote para o texto publicado na sequência. Em seu artigo, Paulo Gustavo da Encarnação procurou abordar a relação entre rock e política interpretando versos e acordes de canções como *O adventista* (banda Camisa de Vênus) *Fé nenbuma* (banda Engenheiros do Hawaii) e *Ideologia* (Cazuza).

O último texto da presente edição foi redigido pela pesquisadora argentina Magdalena López. No artigo, López refletiu acerca da história política do Paraguai contemporâneo, buscando compreender, principalmente, os fatores que influenciam a formação e o modelo atual de democracia paraguaia.

Além dos onze artigos, publicamos uma entrevista realizada com a professora Alisolete Antônia dos Santos Weingartner. Na conversa, a pesquisador tratou dos estudos sobre o Movimento Divisionista, a Divisão do Estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul. Dentre outros temas, também abordou o seu novo livro, intitulado **“Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado”**.

Por fim, desejamos uma excelente leitura para todos/as que tenham interesse numa publicação de história sem, obviamente, abrir mão do contato com outras disciplinas e/ou áreas do conhecimento, como bem enseja à referência aos escritos de Michel Foucault na epígrafe aqui reproduzida.

Aquidauana-MS, 2016.

Carlos Martins Junior

Edvaldo Correa Sotana

Miguel Rodrigues de Sousa Netto